

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcddh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 3116/2018-PGJ, DE 12.9.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas e suas modificações, nos termos do artigo 9º, § 1º, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 2233/2017-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Angela Marta Nantes Vieira	2015/2016	18 a 27.6.2018	10 a 19.9.2018		1º a 10.8.2017

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Estefany de Oliveira Pezzi	2016/2017	21 a 30.5.2018	15 a 24.10.2018		12 a 21.11.2018
Jonathan Bruno dos Santos Silva	2016/2017	9 a 18.7.2018	5 a 14.11.2018		19 a 28.7.2018
Juliana Depieri Sgorla	2017/2018	2 a 11.5.2018	1º a 10.10.2018		22 a 31.1.2018
Mauro da Cunha Duarte	2016/2017	8 a 17.1.2018	22 a 31.10.2018		18 a 27.1.2018
Nathália Cavalcanti de Barros	2017/2018	1º a 10.10.2018	3 a 12.12.2018		15 a 24.10.2018
Rosilaine Bertulino dos Santos	2016/2017	2 a 11.7.2018	17 a 26.9.2018		12 a 21.3.2018
Rosinei Escobar Xavier	2016/2017	15 a 24.2.2018	1º a 10.10.2018		1º a 10.2.2018
Ruth Dayana da Rosa Vera	2017/2018	1º a 30.10.2018			
Sheila Marques da Costa	2015/2016	2 a 11.5.2018	10 a 19.9.2018		8 a 17.1.2018

PORTARIA Nº 588/2018-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Elisman da Costa Vargas	2017/2018	16 a 25.4.2018	1º a 10.10.2018		1º a 10.3.2018
Luisa de Marilac Silva Cordeiro Almeida	2016/2017	16 a 25.7.2018	1º a 10.10.2018		9 a 18.3.2018

PORTARIA Nº 916/2018-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Thais Gisele Torres Catalani	2016/2017	3 a 12.12.2018	20.2 a 1º.3.2019		20 a 29.4.2018

PORTARIA Nº 1280/2018-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Fernando Augusto Fagundes Gonçalves	2017/2018	21 a 30.5.2018	5 a 14.11.2018	7 a 16.1.2019	

PORTARIA Nº 1638/2018-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Priscilla Espindola Cardoso	2017/2018	15 a 24.10.2018	7 a 16.3.2019		14 a 23.6.2018

PORTARIA Nº 2759/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carlos Vinicius Moraes de Souza	2017/2018	17 a 26.9.2018	7 a 16.1.2019		3 a 12.9.2018

Passe a constar:

PORTARIA Nº 2233/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Angela Marta Nantes Vieira	2015/2016	18 a 27.6.2018	5 a 14.11.2018		1º a 10.8.2017

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Estefany de Oliveira Pezzi	2016/2017	21 a 30.5.2018	17 a 26.10.2018		12 a 21.11.2018
Jonathan Bruno dos Santos Silva	2016/2017	9 a 18.7.2018	15 a 24.10.2018		19 a 28.7.2018
Juliana Depieri Sgorla	2017/2018	2 a 11.5.2018	8 a 17.7.2019		22 a 31.1.2018
Mauro da Cunha Duarte	2016/2017	8 a 17.1.2018	15 a 24.10.2018		18 a 27.1.2018
Nathália Cavalcanti de Barros	2017/2018	11 a 20.3.2019	14 a 23.8.2019		21 a 30.3.2019
Rosilaine Bertulino dos Santos	2016/2017	2 a 11.7.2018	21 a 30.11.2018		12 a 21.3.2018
Rosinei Escobar Xavier	2016/2017	15 a 24.2.2018	5 a 14.11.2018		1º a 10.2.2018
Ruth Dayana da Rosa Vera	2017/2018	24.9 a 23.10.2018			
Sheila Marques da Costa	2015/2016	2 a 11.5.2018	19 a 28.11.2018		8 a 17.1.2018

PORTARIA Nº 588/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Elisman da Costa Vargas	2017/2018	16 a 25.4.2018	24.4 a 3.5.2019		1º a 10.3.2018
Luisa de Marilac Silva Cordeiro Almeida	2016/2017	16 a 25.7.2018	3 a 12.12.2018		9 a 18.3.2018

PORTARIA Nº 916/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Thais Gisele Torres Catalani	2016/2017	12 a 21.9.2018	5 a 14.11.2018		20 a 29.4.2018

PORTARIA Nº 1280/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Fernando Augusto Fagundes Gonçalves	2017/2018	21 a 30.5.2018	19 a 28.11.2018	7 a 16.1.2019	

PORTARIA Nº 1638/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Priscilla Espindola Cardoso	2017/2018	7 a 16.3.2019	24.6 a 3.7.2019		14 a 23.6.2018

PORTARIA Nº 2759/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carlos Vinicius Moraes de Souza	2017/2018	24.9 a 3.10.2018	7 a 16.1.2019		3 a 12.9.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 3125/2018-PGJ, DE 14.9.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Camila Ramalho Mendes, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 11 (onze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 27.8 a 6.9.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 3126/2018-PGJ, DE 14.9.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Maria de Lourdes Buratto dos Santos Queiroz, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 2 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, nos dias 28 e 29.8.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o inciso II do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 3134/2018-PGJ, DE 14.9.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 3 (três) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 4 a 6.9.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 3122/2018-PGJ, DE 13.9.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares aos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual abaixo nominados, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14, 15 e 17 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26.10.2000, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016, conforme segue:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Alexandra Secco de Almeida Silva	2017/2018	1º a 10.10.2018	8 a 17.1.2019	11 a 20.3.2019	
Ana Carolina da Costa Lima Vasques	2017/2018	12 a 21.11.2018	22.4 a 1º.5.2019		20 a 29.10.2018
Carlos Henrique de Brito Gomes	2016/2017	20.2 a 1º.3.2019	23.9 a 2.10.2019		3 a 12.9.2018
Daniela Saab Nogueira	2016/2017	26.9 a 5.10.2018	3 a 12.12.2018		5 a 14.11.2018
Denise da Teresa Meirinho da Silva	2016/2017	16 a 25.10.2018	7 a 26.1.2019		
Denise Oliveira da Silveira Xavier	2017/2018	10 a 19.12.2018	8 a 17.4.2019		22 a 31.10.2018
Diego Bueno Ferraz de Moura	2017/2018	16 a 25.10.2018	1º a 10.4.2019		29.10 a 7.11.2018
Elizete Alves da Silva	2017/2018	7 a 16.1.2019	10 a 19.7.2019		1º a 10.10.2018
Emanuelly Martins Atanasio da Silva	2017/2018	15 a 24.10.2018	7 a 16.1.2019	8 a 17.7.2019	
Everaldo Almeida dos Santos	2017/2018	7 a 26.1.2019			16 a 25.10.2018
Ezequiel Joaquim da Costa	2017/2018	15 a 24.10.2018	20.2 a 1º.3.2019		18 a 27.9.2018
Felinto Paes de Barros Neto	2017/2018	7 a 26.1.2019			1º a 10.10.2018
Francimar Messias Assis Junior	2016/2017	26.9 a 5.10.2018	10 a 19.12.2019		22 a 31.10.2018
Gabriel Damião Amaral Silveira	2017/2018	20.2 a 1º.3.2019	3 a 12.7.2019		1º a 10.10.2018
Gladys Esmelda Barrios Amarilha	2017/2018	21 a 30.1.2019	18 a 27.3.2019		22 a 31.10.2018
Joacir França Giesen	2017/2018	18 a 27.10.2018	3 a 12.7.2019		8 a 17.10.2018
Joana Maria Diedrich	2017/2018	15 a 24.10.2018	22.4 a 1º.5.2019	14 a 23.8.2019	
Kiane Cavalcante da Silva Bittencourt	2016/2017	1º a 10.10.2018	23.1 a 1º.2.2019	22.4 a 1º.5.2019	
Lucilene Spolladore Schuhmann	2017/2018	1º a 10.10.2018	24.6 a 3.7.2019		7 a 16.1.2019
Luiz Fernando Barros Mansano	2016/2017	15 a 24.10.2018	20.2 a 1º.3.2019		1º a 10.10.2018
Márcio Henrique Hada	2017/2018	15 a 24.10.2018		22 a 31.7.2019	25.10 a 3.11.2018
Maria Aparecida Alves	2017/2018	1º a 10.10.2018	20.2 a 1º.3.2019	10 a 19.6.2019	
Marina Borges Soares	2017/2018	17 a 26.9.2018	11 a 20.3.2019		6 a 15.5.2019
Paulo Matias Guimarães	2017/2018	19 a 28.11.2018	7 a 16.1.2019		16 a 25.10.2018
Rebeca Izepi Silva Monteiro	2016/2017	19 a 28.11.2018	15 a 24.4.2019		1º a 10.10.2018
Rony Pedroso Vasques	2017/2018	3 a 12.12.2018	1º a 10.4.2019		1º a 10.10.2018
Silas Eduardo Furini	2014/2015	20.9 a 9.10.2018			7 a 16.1.2019
Silvana Galeski Salazar	2017/2018	22 a 31.10.2018	15 a 24.5.2019		1º a 10.10.2018
Wanessa da Conceição Teixeira	2016/2017	23.10 a 1º.11.2018	14 a 23.1.2019	12 a 21.6.2019	
Zuldenei Ferreira Camozzato	2017/2018	7 a 26.1.2019			17 a 26.9.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

CONSELHO SUPERIOR**REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO****ENUNCIADO Nº 19, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018**

O Presidente do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições, torna público que, na sessão do dia 4 de setembro de 2018, o referido órgão colegiado aprovou o Enunciado em epígrafe, com a seguinte redação:

É prescindível o cadastro individual de Companhia ou Batalhão da Polícia Militar Ambiental do Estado como entidade beneficiária de termo de ajustamento de conduta, pois a Polícia Militar abrange todas as unidades operacionais de Mato Grosso do Sul.

Fundamento:

O artigo 36 da Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007, dispõe que a destinação de bens ou valores a entidades (públicas ou privadas) deve ser feita para aquelas que atuem, preferencialmente, na defesa do direito lesado, desde que previamente cadastradas junto ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS) e que prestem contas ao órgão de execução.

Por sua vez, a Resolução nº 031/2012-PGJ, de 31 de agosto de 2012, disciplina o cadastramento, junto ao MPMS, de entidades que possam ser beneficiadas com bens ou valores obtidos por meio de compromisso de ajustamento de conduta.

Tal cadastramento é ato voluntário, efetuado mediante o preenchimento de formulário específico (Anexo Único da Resolução nº 31/2012-PGJ), disponível via internet, seguido de seu encaminhamento à Promotoria de Justiça do lugar da sede da entidade, que analisará o pedido e decidirá pela inscrição.

São entidades passíveis de serem beneficiadas as pessoas jurídicas e os órgãos da administração pública, direta ou indireta, ainda que sem personalidade jurídica, e as pessoas jurídicas de direito privado que tenham como objetivo principal, no seu estatuto e por intermédio de suas atividades, a tutela dos interesses ou direitos difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis.

A Polícia Militar Ambiental do Estado de Mato Grosso do Sul se inscreveu como entidade beneficiária de termo de ajustamento de conduta (TAC) por meio de seu 15º Batalhão de Polícia Militar Ambiental, Comando Central localizado no Município de Campo Grande, o qual abrange todos os demais batalhões e companhias do Estado.

O aludido cadastro foi realizado perante a 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, por meio da Notícia de Fato nº 01.2017.00005771-6.

Com isso, o cadastro de uma entidade (15º Batalhão) que possui âmbito de atuação estadual abrange todas as demais unidades que dela fazem parte e possibilita que os recursos obtidos nos compromissos realizados sejam destinados ao Batalhão da Polícia Militar Ambiental do próprio local em que se consumou o dano objeto do acordo, beneficiando a sociedade diretamente atingida, sem a necessidade de cadastro individual.

O Estado de Mato Grosso do Sul é pessoa jurídica de direito público e deve ser compreendido como Administração Pública em sentido amplo, que possui um grande número de repartições internas, necessárias à sua organização.

A Polícia Militar (PMMS) é um órgão público subordinado ao Governador do Estado, sem personalidade jurídica própria e decorrente da atividade desconcentrada do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do artigo 144 da Constituição Federal.

É o órgão constitucionalmente encarregado das missões de preservação da ordem pública e do policiamento ostensivo em todo o Estado de Mato Grosso do Sul.

Para cumprimento de sua missão constitucional, a PMMS está estruturada em outros órgãos: Direção Geral, Direção Setorial, Apoio e órgãos de execução.

Os órgãos de execução são constituídos pelas unidades operacionais e realizam as atividades-fim da Corporação. Esses órgãos cumprem com a sua destinação legal, executando as diretrizes e ordens emanadas do órgão de Direção, e são apoiados em suas necessidades de recursos humanos, materiais e serviços pelos órgãos de apoio.

O Batalhão da Polícia Militar Ambiental consiste em uma unidade operacional dentro da estrutura da PMMS, conforme o artigo 3º, inciso II, do Decreto Estadual nº 14.951/2018, de 6 de março de 2018.

Importante mencionar que o 15º Batalhão da Polícia Militar Ambiental, a partir da entrada em vigor do Decreto Estadual nº 14.951/2018, em 7 de março de 2018, passou a ser denominado Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA).

Ademais, o Estado possui apenas um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, de modo que os documentos apresentados pelo 15º Batalhão são os mesmos a serem apresentados pelos demais batalhões, tornando desnecessária a exigência de cadastros individuais de cada unidade.

Então, considerando que o BPMA é uma unidade vinculada à PMMS, o seu cadastro como entidade beneficiária de TAC deve possuir abrangência estadual, em razão da estrutura definida pela própria Polícia Militar.

Logo, denota-se prescindível o cadastro individual de cada Batalhão ou Companhia da Polícia Militar Ambiental do Estado, bastando o registro do 15º Batalhão para que todas as unidades de Mato Grosso do Sul sejam tidas como beneficiárias, uma vez que este abrange todos os demais batalhões e companhias do Estado.

Campo Grande, 11 de setembro de 2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

AVISO N. 18/CGMP/2018

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010,

A V I S O:

Às autoridades judiciárias e policiais, bem como aos senhores Advogados, Defensores Públicos, Promotores de Justiça e público em geral, que o Corregedor-Geral do Ministério Público realizará visita correcional nas Promotorias de Justiça de Cassilândia nos dias 26 e 27 de setembro de 2018.

Campo Grande, 14 de setembro de 2018.

MARCOS ANTÔNIO MARTINS SOTTORIVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE004504 DE 13.09.2018 DO PROCESSO PGJ/10/3387/2018.**

Credor: COMERCIAL S.B.S. EIRELI – EPP.

Ordenador de despesa: Alexandre Magno Benites de Lacerda, Promotor de Justiça e Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 04/PGJ/2018 – Ata Registro de Preços nº 3/PGJ/2018.

Objeto: Aquisição de água mineral, não-gasosa, galão, Ph mínimo de 6,0 e máximo de 8,0, acondicionada em garrafão plástico transparente (reposição) com 20 (vinte) litros. Marca: Santa Inês. (item 01).

Valor: R\$ 1.678,50 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE004504 de 13.09.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE004505 DE 13.09.2018 DO PROCESSO PGJ/10/3365/2018.

Credor: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI - ME.

Ordenador de despesa: Alexandre Magno Benites de Lacerda, Promotor de Justiça e Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 03/PGJ/2018 – Ata Registro de Preços nº 1/PGJ/2018.

Objeto: Aquisição de saco plástico para lixo, cor preta, capacidade para 100 litros, medindo no mínimo 0,80m de largura x 0,90m de comprimento, espessura mínima de 0,09 micras, embalagem com 100 unidades. Marca: Porto Plast (item 41);

Saco plástico para lixo, cor preta, capacidade para 60 litros, medindo no mínimo 0,60m de largura x 0,70m de comprimento, espessura mínima de 0,06 micras, embalagem contendo 100 unidades. Marca: Porto Plast (item 43).

Valor: R\$ 430,18 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE004505 de 13.09.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE004506 DE 13.09.2018 DO PROCESSO PGJ/10/3366/2018.

Credor: VALDIR SILVA JUNIOR - ME.

Ordenador de despesa: Alexandre Magno Benites de Lacerda, Promotor de Justiça e Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 03/PGJ/2018 – Ata Registro de Preços nº 1/PGJ/2018.

Objeto: Aquisição de flanela para limpeza, 100% algodão, medidas mínimas 30 cm x 50 cm, cor branca, com costuras laterais. Marcas de referência: Novo Mundo, Ximbica e Têxtil Rio Claro. Marca: Novo Mundo (item 11); Limpador multiuso para pisos, cozinhas, banheiros, azulejos e superfícies laváveis, com ingredientes removedores de sujeiras e gorduras, possibilidade de utilização do produto puro ou diluído, embalagem contendo 500 ml. Deverá estar estampada na embalagem do produto a data de fabricação, data de validade, registro, notificação ou protocolo no Ministério da Saúde e ainda nome do responsável técnico ou nº do CRQ. Marcas de referência: Veja, Ajax, Ypê, Ingleza. Marca: Ype (item 13); Papel higiênico branco, macio, sem perfume, picotado e gofrado ou texturizado, 100% fibra celulósica virgem, folha dupla, rolo com 30 m x 10 cm, embalagem plástica com quatro rolos, com composição, data de fabricação e de validade e informações do fabricante na embalagem. Indústria brasileira. Marcas de Referência: Neve, Personal, Cotton ou Klass. Marca: Personal. (item 16); Sabão em pó, com enzimas, para limpeza geral, biodegradável, embalagem plástica de 1 Kg, com registro do Ministério da Saúde. Químico responsável, indicação de uso, composição, data de fabricação e de validade e informações gerais do fabricante estampadas na embalagem do produto. Marcas de referência: Brilhante, Omo, Ace ou Tixan. Marca: Tixan (item 23).

Valor: R\$1.087,75 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE004506 de 13.09.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000115 DE 13.09.2018 DO PROCESSO PGJ/10/3357/2018.

Credor: TERABRAS COMERCIAL EIRELI – EPP.

Ordenador de despesa: Alexandre Magno Benites de Lacerda, Promotor de Justiça e Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 24/PGJ/2018 – Ata Registro de Preços nº 6/PGJ/2018.

Objeto: Aquisição de memória ram DDR3, 8 GB (oito gigabytes), 1600 MHZ, PC3, 12800U. Marca/modelo: OXY RAM – DDR3 1600 MHZ 8GB, (item 2); Adaptador displayport (macho) x VGA (fêmea), comprimento mínimo 10 cm. Marca/modelo: STORM – DPXVGA, (item 4); Fonte para microcomputador HP, Modelo: WMS - 150SFX, ATX, potência de saída 150W, bivolt automático. Conectores: 1 conector 24-Pin, 1 conector 04-Pin, 02 conectores Sata, 1 conector HDD, e 1 conector IDE. Dimensões máximas (CxLxA): 120 x 63 x 100 mm. Garantia de no mínimo 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Obs.: Part Number de referência: 762395-002. Compatível com Hp 402 G1 SFF. Marca/modelo: WMS – 150SF, (item 9).

Valor: R\$ 7.592,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000115 de 13.09.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000116 DE 13.09.2018 DO PROCESSO PGJ/10/3369/2018.

Credor: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – EPP.

Ordenador de despesa: Alexandre Magno Benites de Lacerda, Promotor de Justiça e Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 24/PGJ/2018 – Ata Registro de Preços nº 6/PGJ/2018.

Objeto: Aquisição de hard disk (Disco Rígido) Externo Portátil - Capacidade de armazenamento 3 TB (três terabytes), Disco rígido de 2,5" ou 3,5"; Plug and play; taxa de transferência de no mínimo 6Gb/s; interface USB 2.0 ou superior; velocidade de no mínimo 5400 rpm; compatível com PC e MAC; alimentação através de USB. Deve acompanhar o produto o cabo USB 2.0 ou superior. Garantia de no mínimo 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marca/modelo: TOSHIBA / DT01ACA300, (item 6).

Valor: R\$ 1.800,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000116 de 13.09.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000117 DE 13.09.2018 DO PROCESSO PGJ/10/3372/2018.

Credor: TERABRAS COMERCIAL EIRELI – EPP.

Ordenador de despesa: Alexandre Magno Benites de Lacerda, Promotor de Justiça e Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 24/PGJ/2018 – Ata Registro de Preços nº 6/PGJ/2018.

Objeto: Aquisição de hard disk (Disco Rígido), Interno, interface SATA 3, 7200 RPM, taxa de transferência de no mínimo 6Gb/S, cache 256 MB ou superior. Capacidade de armazenamento 8 TB (oito terabytes). Garantia de no mínimo 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marca/modelo: SEAGATE – SKYHAWK ST8000VX0022, (item 8).

Valor: R\$ 39.980,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000117 de 13.09.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****AMAMBAI****EDITAL Nº 0077/2018/02PJ/AMB**

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailer, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil: 06.2018.00002706-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rosane Martins Carvalho

Objeto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Tarumã, localizada no município de Amambai/MS (IC 17/2012).

Portaria de Migração: Trata se de Portaria que promoveu migração do Inquérito Civil físico n. 17/2012/2ªPJAmb para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Amambai (MS), 17 de setembro de 2018.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0078/2018/02PJ/AMB

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailer, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil: 06.2018.00002705-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Iolanda Pascoal Pereira de Moraes

Objeto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Nazaré (IC 23/2012).

Portaria de Migração: Trata se de Portaria que promoveu migração do Inquérito Civil físico n. 23/2012/2ªPJAmb para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Amambai (MS), 17 de setembro de 2018.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0079/2018/02PJ/AMB

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailer, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil: 06.2018.00002703-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Adriana Cavalca e outro

Objeto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Ipê, localizada no município de Amambai/MS (IC 39/2012).

Portaria de Migração: Trata se de Portaria que promoveu migração do Inquérito Civil físico n. 39/2012/2ªPJAmb para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Amambai (MS), 17 de setembro de 2018.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

BONITO

EDITAL N. 0027/2018/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Lúcio Borralho, s/n, Bairro Vila Donária, CEP79.290-000, neste município.

Procedimento Preparatório n. 06.2018.00002440-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sovernigo Consultoria Ambiental

Assunto: Apurar suposta irregularidade ambiental na elaboração das licenças ambientais, principalmente no de corte isolado de árvore e de limpeza de pastagens, feitas por produtores rurais por meio da empresa Empresa Sovernigo Consultoria Ambiental.

Bonito – MS, 14 de setembro de 2018.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

MIRANDA

EDITAL Nº 023/2018

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, que se encontra à disposição na Rua General Amaro Bittencourt, 935, Centro, nesta Cidade. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Procedimento Preparatório 06.2018.00002724-8.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A apurar.

Assunto: apurar suposta irregularidade em obra de recuperação de estrada estadual.

Miranda/MS, 13/09/2018.

TALITA ZOCCOLARO PAPA MURITIBA

Promotora de Justiça